Exposição a riscos químicos e desigualdade social: o caso do HCH (Hexaclorociclohexano) na Cidade dos Meninos, RJ

Unsustainability and social-environmental inequalities: HCH in the City of the Boys, a case study of chemical contamination in Duque de Caxias, Rio de Janeiro

Selene HERCULANO*

RESUMO

A Cidade dos Meninos é uma área federal, de 19 hectares, no distrito de Pilar, município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, na área metropolitana do Rio de Janeiro. Lá, nos anos 40, foi fundado um complexo educacional para crianças pobres, pela então primeira dama, D.Darcy Vargas. Pouco tempo depois, o Ministério da Saúde instalava dentro de seus muros uma fábrica de pesticidas para enfrentar a malária, então endêmica na região. Nos anos 50, a fábrica foi desativada e todo o material ali abandonado começou a se espalhar e se infiltrar pelo solo, iniciando um longo processo de contaminação do meio ambiente e da população, sem solução até hoje. Mais do que um exemplo isolado de irresponsabilidade, fragmentação administrativa, incompetência, fragilidade dos órgãos oficiais responsáveis pelo meio ambiente, este caso ilustra a gigantesca e perene negligência com a qual se trata a criança pobre brasileira e como se aceita como natural que os riscos da poluição e da contaminação por produtos químicos recaiam sobre a população pobre. O caso também é um exemplo das disputas em torno das verdades científicas: o HCH faz mal aos humanos? Quantas toneladas foram mesmo abandonadas? Qual seria o melhor processo de descontaminação? Quantas pessoas foram contaminadas? Que uso dar à área? O caso da Cidade dos Meninos é ainda invulgar não só porque o culpado é o organismo federal incumbido da saúde dos brasileiros, mas também porque, diferentemente dos outros casos relatados pela literatura sociológica sobre outros países, as pessoas atingidas não querem sair de lá, o que se explica pela falta de acesso dos pobres à terra no Brasil: a Baixada Fluminense é predominantemente ocupada por loteamentos clandestinos, onde mais de 2 milhões de pessoas se amontoam sem serviços públicos adequados.

Palavras-chave: justiça ambiental, contaminação química, infância

* Universidade Federal Fluminense – UFF/CHF-GSO, <seleneherculano@hotmail.com>; <selene@vm.uff.br>

ABSTRACT

The City of the Boys is a federal property located in Duque de Caxias, Baixada Fluminense, a lowland at the far end of Guanabara Bay, in the metropolitan region of Rio de Janeiro. It occupies a beautiful and still empty area of 1,900 hectares in the very heart of a poor and highly dense ramshackle zone in the outskirts of the city of Rio de Janeiro. The City of the Boys was founded in the forties by the then-First Lady, Mrs. Darcy Vargas, to provide shelter, education and assistance to poor children. Few years after its foundation, the Ministry of Health settled there, inside its walls, a plant of pesticides to fight malaria, which was then endemic in that region. In the fifties the plant closed and tons of chemical materials left behind spread throughout the soil, in a long process of contamination of people and environment, unsolvable until today. More than an isolated example of irresponsibility, institutional fragmentation, incompetence, lack of power of environmental organisms, this case illustrates the huge and permanent neglect towards poor children in Brazil as well as the way that chemical risks and any sort of pollution are normally put and accepted in the neighborhood of the poorer. It is also an interesting evidence on the disputes around scientific truths: Is HCH harmful to humans? How far? How many tons of HCH were really left behind? What would be the best procedures to decontaminate the soil? The case of the City of the Boys is unique not only because the guilty agent of contamination is the very federal organism responsible for the Brazilians health, but also because the affected population does not want to leave, as it has happened in similar cases related by sociological literature of other countries. Instead, they want to stay, what can be explained by the lack of access of the poor to the land in Brazil: Baixada Fluminense is mainly occupied by illegal plots where more than 2 million people live without adequate urban services.

Key-words: environmental justice, chemical contamination, childhood

Introdução

Diz-se, não sem razão, que a poluição não conhece fronteiras e seria democrática, pois alcançaria a todos: gases venenosos espalhados aos ventos, efluentes líquidos poluentes diluindo-se pelos rios e mares, penetrando e acumulando-se pelos lençóis subterrâneos de água, contaminariam e envenenariam a todos, ricos e pobres, brancos ou negros, habitantes do primeiro ou do terceiro mundos.

No entanto, não é bem assim: se a um prazo mais longo este é o horizonte que se apresenta, a curto, médio e mesmo longo prazo a poluição nossa de cada dia tem uma lógica espacial e uma distribuição por classe social, intensificando-se nos bairros proletários industriais, nas periferias urbanas pobres, onde o lixo doméstico e químico é despejado, e junto às populações pescadoras e ribeirinhas, habitantes de manguezais e estuários onde substâncias químicas bioacumulativas envenenam o pescado e comprometem sua saúde e modo de vida.

No Brasil, os casos de solos contaminados por lixo químico, os chamados poluentes orgânicos persistentes (POPs) – seja pelo seu acondicionamento em depósitos inapropriados, seja pelo seu lançamento clandestino nas várzeas e margens de estradas – vêm ganhando atenção da imprensa, principalmente de São Paulo, onde têm sido estudados, armazenados em bancos de dados e divulgados:

– a Cetesb (Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental) declarou estar monitorando 92 áreas contaminadas em todo o estado de São Paulo e fazendo o acompanhamento e controle em 11 áreas com indícios ou contaminação de solo confirmadas no grande ABC (municípios industriais de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Uma das áreas é o Residencial Barão de Mauá, que possui 52 edifícios habitados por cerca de 5 mil pessoas e cujo solo está contaminado com 44 substâncias químicas, entre elas o benzeno, que é cancerígeno. Exames em 329 moradores, feitos em 1991, constataram que quatro deles teriam índice da presença de ácido transmucônico, resultado do

metabolismo do benzeno no organismo, bem acima do normal. Diadema e Santo André são os municípios da Região Metropolitana de São Paulo com maior número de áreas com suspeita de contaminação de solo divulgada. Em Diadema, o Lixão de Alvarenga, que fica na divisa com São Bernardo; em Santo André, a Cetesb faz acompanhamento na usina química da Rhodia, no depósito de cal da Solvay e em um terreno de 200 mil m² que fica no bairro Camilópolis, possivelmente contaminado por BHC enterrado pela Indústria Química Matarazzo;

– em Paulínia, no interior de São Paulo, a Shell Química do Brasil reconheceu a contaminação do lençol freático por organoclorados, em um bairro de chácaras, o Recanto dos Pássaros, localizado no limite da cidade. Trata-se de uma herança dos anos 80, quando foi desativada uma linha de produção de agrotóxicos e restaram matérias primas, pesticidas e resíduos, empilhados no terreno da Shell. Os produtos vazaram e atingiram o lençol freático. Em 1993, a área foi vendida, mas a Shell continuou responsável pelo passivo ambiental, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público;

– no sistema estuarino de Santos e São Vicente estudos indicaram a presença de substâncias como metais pesados e ascarel, PCBs, PAHs, dioxinas e furanos em ostras, mexilhões e siris, principalmente próximo aos terminais da Cosipa e da Ultrafértil. Entre 1992 e 1993, estudo feito com cerca de 200 crianças que viviam às margens do rio Cubatão detectou um alto teor de mercúrio em seus organismos. Peixes cegos ou com as vísceras amareladas pelo enxofre são comuns nas redondezas;

– relatório internacional sobre crimes ambientais da indústria, feito pelo Greenpeace e apresentado em Bali, na reunião preparatória para a Rio+10 (maio de 2002) cita cinco multinacionais que teriam cometido crimes de contaminação química no Brasil: a anglo-holandesa Shell, pelos casos de contaminação do Recanto dos Pássaros, em Paulínia, acima descritos, e da Vila Carioca, em São Paulo; a empresa belga de produtos farmacêuticos Solvay, responsável por um depósito de um milhão de toneladas de cal contaminada por dioxinas e furanos, às margens da represa Billings, em Santo André, São Paulo; a alemã Bayer, cujos rejeitos estariam contaminando o rio Sarapuã, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro; a Rhodia, acusada de manter aterros e resíduos tóxicos ilegais e da contaminação de trabalhadores de Cubatão

e da Baixada Santista, em São Paulo; e a empresa americana Dow Chemical, dona de parte da Petroquímica União, acusada de contaminação do estuário no Guarujá, em São Paulo;

– em Maceió, Alagoas, apesar de sua vocação turística, também há contaminação química: a Salgema foi acusada por ambientalistas da Brigada Ecológica de Alagoas de lançar ácido clorídrico no mar em limite muito acima do tolerado; o Pólo Petroquímico, por deixar vaziar organoclorados e mercúrio na Lagoa Mundaú; na descrição dos ambientalistas, a Várzea de Marituba, o dito Pantanal de Alagoas, recebia agrotóxicos e a Lagoa das Antas tornou-se depósito de dejetos do Hotel Jatúica.

As ocorrências nacionais certamente não se resumem a estas, mas falta um estudo sistematizado das exposições da população aos chamados riscos químicos ao longo do território brasileiro.

O caso que enfocamos aqui neste artigo tem uma especificidade trágica que o diferencia dos demais mencionados: enquanto os exemplos abordados se referem a empresas privadas poluidoras, muitas das quais transnacionais, no caso da Cidade dos Meninos o agente responsável pela contaminação química foi o próprio Estado nacional, na figura de um órgão federal ao qual competia a saúde e a educação dos brasileiros: o então Ministério da Educação e Saúde.

Trata-se, como será descrito adiante, de pendências não resolvidas, que se alongam por 50 anos e nas quais diferentes atores sociais vêm interagindo em um cenário de contaminação ambiental crônica, causado pelo chamado “pó-de-broca” ou HCH (hexaclorociclohexano). São tais atores:

– a população vitimizada:

1) crianças pobres sob tutela do Estado;

2) moradores-ocupantes de área federal, pertencentes a famílias remanescentes de funcionários, uns negando a contaminação, outros buscando indenizações e apoio médico;

3) trabalhadores e ex-trabalhadores da fábrica de pesticidas que ali foi instalada;

– tecnocratas encarregados da gestão do local:

1) funcionários dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social;

2) administradores federais do campo assistencial dedicado à infância carente;

3) tecnocratas de alto escalão, ministro e membros de comissões ministeriais e interministeriais e seus pro-

jetos de solução para neutralizar o pó-de-broca espalhado pelo chão, encarregados de produzir “soluções definitivas”;

– agentes do poder simbólico (Bourdieu) definidor da realidade:

- 1) juízes e promotores públicos;
- 2) pesquisadores universitários, com suas pesquisas de campo sobre o grau de contaminação do solo, do sangue, do leite de vaca e humano.

A Cidade dos Meninos

A Cidade dos Meninos é uma área de 1.900 hectares (19 km²), de propriedade federal, hoje sob a responsabilidade patrimonial do Ministério de Previdência Social. Fica situada na localidade de Pilar, Distrito de Cam-

pos Eliseos, município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro (no quilômetro 12 da antiga estrada Rio-Petrópolis).

A Baixada Fluminense é uma área plana, cortada por 35 rios, em alguns pontos aterrada, que margeia o fundo da Baía de Guanabara. Era uma zona endêmica de malária: os registros de epidemias na região começam em 1888, afetando sua população, inicialmente formada por negros ex-escravos, que, libertos pela Lei Áurea e abandonados à própria sorte, foram para os manguezais locais obter sua sobrevivência com a extração de lenha. Teria começado então, com a devastação das matas e erosão de solos, a proliferação do mosquito vetor da malária. Em função da extensão do problema, o governo federal da época buscou um atendimento emergencial com obras de saneamento básico, iniciado em 1916 e que prosseguiu com obras rodoviárias, aterro e retificação de rios.

Até 1950, período que marca o amadurecimento do processo de industrialização brasileira, a Baixada Fluminense se tornara uma área rural, de produção de cítricos, tendo se transformado, após aquela década, em zona industrial da área metropolitana do Rio de Janeiro. Composta por oito municípios (São João do Meriti, Queimados, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Guapi-mirim, Magé e Duque de Caxias), as cidades da Baixada ficaram conhecidas como “cidades-dormitório”, ocupadas predominantemente por loteamentos clandestinos, de moradia da população pobre, oriunda de migrações internas, uma população que trabalha na metrópole do Rio de Janeiro. É uma zona densamente povoada (2.028.252, segundo dados do IBGE para 1996), de intensa violência e onde faltam

serviços públicos básicos (saneamento, escolas, pavimentação de ruas, hospitais – há um hospital de atendimento básico para cada 40 mil pessoas – etc.).

Foi lá que, em 1943, a então primeira-dama brasileira, D. Darcy Vargas criou, na antiga Fazenda São Bento, oriunda de uma antiga sesmaria, um projeto de albergue para meninas desvalidas, a Cidade das Meninas. Nela haveriam pavilhões para moradia, escolas, cursos profissionalizantes. À medida que as meninas se tornassem adultas, obteriam casas ali mesmo e seriam o núcleo de novos grupos de 20 meninas cada (BRAGA, 1996).¹

Em 1946, o país sob outra Presidência, a Cidade das Meninas foi transferida para a Fundação Abrigo Cristo Redentor. A instituição passou a ser só para meninos e novos pavilhões foram construídos (padarias, escolas de pesca, oficinas de marcenaria, cestaria, mecânica, vassouraria etc.) para a educação profissionalizante de meninos e rapazes que lá residiam em regime de internato. Havia ainda horta, pomar, avicultura, suinocultura, bovinos, não apenas para treinamento dos alunos, mas para a sua alimentação. Além dos quatro institutos que abrigavam as crianças, havia ainda na Cidade dos Meninos mais duas escolas, uma da rede estadual e outra da rede municipal, que atendiam não apenas as crianças internadas, mas também os filhos dos funcionários que lá moravam.

Em 1949, Mário Pinotti, diretor do antigo Serviço Nacional de Malária do então Ministério da Educação e Saúde, pediu o uso de metade da Cidade dos Meninos para instalar o Instituto de Malariologia e ganhou inicialmente oito pavilhões, a princípio utilizados para biotério, necrotério, laboratório, restaurante e administração do Instituto. Naquele mesmo ano de 1949, um químico holandês chamado Henk Kemp, detentor do processo industrial de fabricação de HCH por catálise química a baixa temperatura (OLIVEIRA, 1994; BASTOS, 1999), visitando a Cidade dos Meninos, sugeriu a Mário Pinotti que ali se produzisse o vulgarmente denominado “pó-de-broca”, ou hexaclorociclohexano (HCH), incorretamente referido pela população local como BIIC (“benzene hexachloride”, em inglês), um composto de benzeno (BASTOS, 1999).

– O HCH é um pesticida organoclorado, isolado por Faraday em 1825, que teve suas propriedades inseticidas descobertas em 1942, na França e na Inglaterra. Seu isômero, gama-HCH recebeu o nome de Lindano. O

¹ Segundo Relatório de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Exclusão Social (PUC-RJ), a Cidade dos Meninos constituiu-se em um dos três grandes projetos elaborados a partir de 1938 pelo Governo de Getúlio Vargas, juntamente com a construção da Fábrica Nacional de Motores e a Petrobrás.

gama-HCH, ou Lindano, é um inseticida de amplo espectro usado para tratamento de sementes, do solo, aplicações sobre folhas, florestas, material orgânico guardado, animais e saúde pública. Seu uso tornou-se restrito em alguns países e totalmente proibido em outros, como no Japão, desde 1971. No Brasil, teve sua utilização proibida na agricultura por Portaria Ministerial de 1985, mas continua sendo utilizado em campanhas de saúde pública, na tentativa de erradicação e/ou controle de vários vetores de doenças transmissíveis e endêmicas (MELLO, 1999).

Em 1950 a fábrica de HCH foi então inaugurada dentro da Cidade dos Meninos, utilizando como matéria-prima o benzeno, fornecido pela Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e o cloro, fornecido pela Companhia Eletroquímica Fluminense, de São Gonçalo, ambas no estado do Rio de Janeiro. Além do HCH, a fábrica também desenvolvia pesquisas com outros pesticidas, como o arsenito de cobre, também conhecido como Verde Paris e o tricloro bis (clorofeniletano) ou DDT (MELLO, 1999). A partir de 1956, a fábrica, que passara a se chamar “Fábrica de Produtos Profiláticos”, produziu, até seu fechamento em 1960: pasta de DDT; pasta de BHC (isômero alfa, enriquecido com gama-HCH); emulsionáveis – DDT; mosquicidas – DDT + Lindano (gama-HCH); rodenticidas, composto “1.080” (monofluoroacetato de sódio) e cianeto de cálcio (MELLO, 1999).

Portanto, a partir de 1950, quando ali se instalou o Instituto de Malariologia e sua fábrica de pesticidas, a Cidade dos Meninos passava a ter três categorias de habitantes: os meninos pobres, abrigados nos quatro Institutos e que estudavam nos pavilhões profissionalizantes e nas escolas públicas – municipal e estadual –; os funcionários da Cidade dos Meninos, encarregados do cuidado destas crianças; os funcionários federais de saúde, do Instituto de Malariologia/Fábrica de Produtos Profiláticos, cujas famílias ocupavam casas a eles cedidas. Os filhos de todos estes funcionários também estudavam nas escolas públicas ali situadas.

Contudo, em torno de 1955, o funcionamento da fábrica tornou-se antieconômico, em razão de dificuldades de obtenção de matéria-prima e da concorrência de empresas paulistas (MELLO, 1999, OLIVEIRA, 1994). Em 1961, a fábrica cessou definitivamente suas atividades, deixando um estoque de 240.760 de iscas rodenticidas; 112.407 litros de Triton X-151, um detergente potentíssimo; 109 tambores de Xilol, e “grande resíduo de produção” de

pó anti-Culex (“BHC”). (Relatório final de gestão do seu Diretor, Brigadeiro doutor Bijos, apud MELLO, 1999).

Quanto de material tóxico efetivamente sobrou na Cidade dos Meninos é incerto. Os moradores falam em 400 toneladas de pó-de-broca e diversas reportagens de jornais entre 300 e 350 toneladas. O relato da dissertação de Mello refere-se a um estudo da Feema – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente –, que fala em 300 toneladas. (Em 1993, Alcení Guerra, então ministro da Saúde, minimizaria a questão, dizendo tratar-se apenas de 10 toneladas e que bastava que se as cobrisse com argila para resolver a questão da contaminação).

Segundo relato dos moradores, a fábrica abandonada foi sendo depredada com o tempo e os tonéis de papelão nos quais o chamado BHC estava acondicionado se romperam e o pó foi se infiltrando pelo solo onde os animais pastavam. A população local deu diferentes usos ao material abandonado: era usado domesticamente para matar piolhos e como inseticida de casas e quintais; foi também utilizado como pavimentação da estrada interna; o pó-de-broca era também recolhido do chão pelos moradores e vendido nas feiras livres locais.

Uma ciranda de erros

Em 1987, o então presidente José Sarney assinou decreto incorporando a Fundação Abrigo Cristo Redentor à Legião Brasileira de Assistência, o que levou à aposentadoria de muitos funcionários da Cidade dos Meninos. Como consequência, para defender os direitos de permanência de cerca de 40 funcionários aposentados, que iriam ser despejados de suas casas, foi fundada a Associação de Moradores e Amigos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (Cidade dos Meninos).

Em 1990, já no contexto das discussões preparatórias para a Unced (United Nations Conference for Environment and Development – ou Rio 92), jornalistas fizeram reportagens sobre o pó-de-broca vendido nas feiras livres de Caxias e sobre sua origem na Cidade dos Meninos, o que provocou visitas da Defesa Civil do Rio de Janeiro e da Feema à área. Alguns moradores começaram a se queixar de doenças provocadas pela exposição ao pó-de-broca e a vir a público pedir apoio e solução, sendo acolhidos por partidos políticos (PT, PV) e por militantes ecologistas da Apedema-RJ (Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambien-

te), que começaram a dar sustentação à atuação algo isolada do morador José Miguel da Silva, que se tornou um ativista da causa da contaminação. O eminente ambientalista José Lutzenberger, responsável pela então Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República, prometia uma ação cabal em um mês.

Também em 1990, o então presidente Collor sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que, dentre outras coisas, passava a proibir o internato de menores carentes, o que provocou o esvaziamento da Cidade dos Meninos. Houve um processo de “desinternação” gradativa e os internos que ali viviam foram sendo redistribuídos por “unidades de retaguarda” ou devolvidos às suas famílias. Assim, quando o caso da contaminação veio a conhecimento público, restavam na Cidade dos Meninos apenas cerca de 250 crianças.

Havia na época vários projetos grandiosos para a área, que é bonita: a então primeira-dama, Rosanne Collor, à frente da LBA – Legião Brasileira de Assistência, resolvera implantar na Cidade dos Meninos o “Projeto Minha Gente”, que contaria com 60 mil casas populares, shopping rural, piscina etc. enquanto que o político Moreira Franco, candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, prometia ali a construção de uma represa.

Em 1993 os Institutos da Cidade dos Meninos, já bastante esvaziados, foram interditados pela juíza da Infância e Adolescência Maria Luíza Miguel, da Comarca de Caxias, com base em laudo da Fundação Oswaldo Cruz sobre a contaminação do sangue das crianças por BHC. Teria sido, segundo moradores, uma atuação prejudicial, pois incidiu sobre poucas crianças internas, mas provocou o fechamento também das escolas municipal e estadual, fazendo com que os filhos das famílias remanescentes não mais tivessem onde estudar.

As tentativas de solução

Em 1995, a Nortox Agroindústria do Paraná, contratada pelo Ministério da Saúde (ministro Adib Jatene), foi à Cidade dos Meninos, derrubou o esqueleto da fábrica e derramou cal (hidrato de carbono) por sobre a área onde anteriormente se erguia a Fábrica de Produtos Profiláticos, na tentativa de neutralizar o pó-de-broca. Segundo depoimentos de moradores, uma pá mecânica deslocou o pó-de-broca formando um monte de 10 metros de altura, o correspondente a oito carretas ou 140 tone-

ladas, e jogou cal por cima. O efeito desta “solução” foi muito ruim, pois fez produzir fenôis como reação, impedindo a adoção de uma nova solução, tida como a mais adequada, que seria a biorremediação (OLIVEIRA, 1994, apud BASTOS, 1999). A conclusão da pesquisa de Bastos é peremptória: o tratamento químico utilizado para a descontaminação foi ineficaz, pois os compostos organoclorados inicialmente presentes lá permanecem em concentrações elevadas. Além disso, a área contaminada aumentou em 16 vezes. A pesquisadora alertava também para a hipótese de, através da degradação química do HCH, triclorobenzenos formarem dioxinas, composto já identificado nas amostras de solo da região.

Pesquisas com amostras de soro sanguíneo de escolares egressos do Abrigo Cristo Redentor (Cidade dos Meninos) encontraram uma correlação significativa entre as concentrações de HCH em soro sanguíneo e o tempo de exposição ao HCH, o que tinha a ver com o tempo de permanência das crianças distribuídas pelas diferentes séries e idades. A autora, Braga, assim conclui:

O presente estudo pôde comprovar a elevada taxa de contaminação de jovens estudantes de escolas localizadas nas proximidades de um depósito de rejeitos do HCH, deixados a céu aberto, em atitude inconseqüente do órgão pretensamente responsável pela saúde da população brasileira, o Ministério da Saúde (BRAGA, 1996).

Segundo a autora, nos EUA o gama-HCH está classificado como provavelmente carcinogênico para seres humanos (US/PHS/ATSDR, 1993).

Em 1998, Valdemar Ferreira, professor de Toxicologia da Unicamp, teria recolhido, segundo relato dos moradores, 315 amostras de sangue. Embora estes não tenham tido acesso ao laudo final, comentam que, deste montante, o resultado teria encontrado cerca de 250 pessoas efetivamente contaminadas. Mães foram desaconselhadas de amamentar; há relato de casos de leucemia e outras formas de câncer...

Em 1999, a área onde ficava a fábrica foi cercada e colocado um cartaz proibindo a entrada, dizendo ser uma “área em processo de descontaminação”. As autoridades passaram a cogitar o deslocamento das famílias que moravam a menos de 100 metros do foco de contaminação, definido como sendo a área cercada, mas elas se recusavam a fazê-lo: “que diferença faz 100 metros para cá ou para lá?”

Contudo, nem todos os moradores concordam com a idéia de que ali fosse uma região de risco: segundo Gomes, presidente da Associação de Moradores da Cidade dos Meninos, não há, nem houve perigo de contaminação, “a área onde ficava a fábrica está bem cercada, é pequena em relação ao total da Cidade dos Meninos e terá sua solução definitiva em breve, dada pelo Ministério da Saúde, com seu novo grupo executivo encarregado da questão, que já tem R\$ 2 milhões liberados para a retirada do solo contaminado”, dizia ele em 2000. (Há, na área, casas de diferentes categorias, umas de aparência muito pobre, outras que parecem sítios campestres de veraneio de classe média alta. Há menções a pessoas de fora e que, cobiçando direito à área, usam seu gado como cunha de penetração, tentando a chance de serem reconhecidas também como moradores).

Alguns moradores parecem não se importar – “todos vão morrer um dia”, e apenas mostram se aborrecer quando seus filhos, nas escolas das redondezas, tornam-se alvo de gozações, sendo chamados de “bagacêzinhos” em referência à exposição ao que chamam de BHC. Mesmo os moradores que se dizem contaminados também não querem sair, pois se sentem privilegiados por morar em um local onde contam com segurança (a guarda particular contratada pelo Ministério da Previdência Social para evitar invasões), água, luz e muito espaço verde (“eu me sinto como se estivesse num condomínio”), o que faz contraste com o agrupamento vizinho de Pilar e seu amontoado de casas pobres e malservidas.

Ao invés de quererem sair dali, os moradores querem a titularidade dos terrenos que ocupam: há um processo judicial engavetado, sobre a questão fundiária, no qual a associação de moradores, litisconsorciada com a União contra a Fundação Abrigo Cristo Redentor, pede a titularidade dos terrenos ocupados pelas famílias remanescentes dos funcionários. Além da titularidade dos terrenos, Miguel, como auto-referido porta-voz dos moradores, quer que se afiance que ninguém será despejado, que a estrada será asfaltada, que o solo contaminado será retirado para ser incinerado pela Bayer (em 1996, a Micro-Bac do Brasil anunciou a possibilidade de acabar com o BHC pelo processo de biorremediação, utilizando-se de uma bactéria marinha – a *rhodospirillaceae*, procedimento que não foi aventado como solução). O grupo de moradores liderado por Miguel pede tratamento de saúde para os contaminados; que se defina a contento quem e quantos são afinal os contaminados; que os

moradores tenham conhecimento dos resultados dos exames aos quais se submetem, e que a Cidade dos Meninos, hoje tristemente abandonada, reinicie suas atividades como complexo educacional-profissionalizante, administrado por alguém de carreira, sob jurisdição do Ministério da Educação. A proposta de evacuar e isolar definitivamente a área tem sido rejeitada pela população.

Analizando o caso

Deste resumo, depreende-se um quadro bastante complexo: de um lado, alianças entre pesquisadores, cientistas, jornalistas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, ambientalistas, partidos políticos e representantes do Ministério Público em apoio à população vulnerabilizada; de outro, uma série de esboços de iniciativas governamentais inadequadas e inoperantes. Por uma terceira perspectiva, há empresas mencionadas – Bayer, Microbac – com diferentes metodologias de solução à disposição, mas não se conhecem ainda seus custos nem sua exequibilidade ou mesmo a vontade efetiva de tais empresas em se envolverem na solução da questão. Deste quadro resulta uma situação de pendência do problema ao longo de cerca de 50 anos.

Por que colocaram uma fábrica de pesticidas dentro de um complexo educacional? E por que não há solução para este caso?

Sem querer defender as autoridades federais, podemos supor que seria lógico ter um Instituto de Malariologia situado na zona endêmica que era a Baixa da Fluminense. Poderíamos também lembrar que, nos anos 50, a descoberta química dos pesticidas constituiu o que se chamou de Revolução Verde, tida literalmente como “a salvação da lavoura”. Sua toxidez ainda não era conhecida. E, sendo então um único ministério – de Educação e Saúde, pode ter parecido como a solução mais fácil que o Instituto de Malariologia fosse instalado em terras já do próprio ministério.

Contudo, mesmo com tais atenuantes, também podemos deduzir que – mesmo nos anos 50 – jamais passaria pela cabeça daquelas autoridades federais colocar uma fábrica de produtos venenosos “dentro” da escola de seus próprios filhos ou netos. Contudo, o fizeram com naturalidade com as crianças pobres sob sua tutela. Além disso, cabe enfatizar de novo que, ao contrário de outros casos de contaminação, em que os agentes são usualmente em-

presas particulares em busca de seus lucros, neste caso foram as próprias autoridades federais – oficial, legal e formalmente responsáveis pela saúde do povo brasileiro – que abandonaram toneladas de produto tóxico em meio a uma comunidade vulnerável, que nem havia sido alertada sobre os riscos da vizinhança daquele depósito.

Como analisar este caso? Terá sido por mera casualidade que crianças pobres receberam pesticidas como vizinhos? Será por mera descontinuidade, fragmentação e negligência administrativas que tal situação perdura?

A resposta é não: a questão é estrutural. Nossas políticas educacional e assistencial capengas, insuficientes, intermitentes e incompletas não escondem nem mudam uma realidade estrutural de intensa desigualdade; complementarmente, a nossa cultura política tende a naturalizar a idéia de que crianças pobres são como rejeitos e junto a rejeitos podem ficar.

Por outro lado, a ausência de uma política habitacional no Brasil faz com que cada um se vire como pode – em favelas e seus “puxadinhos”, em invasões e loteamentos clandestinos, quase predominantemente em áreas de risco – encostas, beira de rios, mangues. Isso faz com que morar em uma área verde, plana, espaçosa, com segurança e servida de água e luz, como o é a Cidade dos Meninos, se torne efetivamente um privilégio. E isto ficou claro quando vimos que a comunidade se organizou em associação não contra a contaminação, mas para ficar onde está e para ganhar a titularidade plena dos lotes que ocupa.

Devemos também considerar, na análise deste caso, o embate dos ditos “saberes competentes”, o confronto dos cientistas que são os profissionais capacitados a definir, em última análise, como lembra Bourdieu, a própria realidade: há ou não contaminação? De quantas pessoas? Quais? Qual é efetivamente a extensão contaminada? Como descontaminar o solo? Cabe indenizações? De quanto? Quanto vale a saúde de uma pessoa? A ciência, neste caso, tem se mostrado tanto multiparadigmática quanto reticente: pode ser, pode não ser. Enquanto teses aqui mencionadas confirmam a contaminação, alguns cientistas entrevistados, ciosos na defesa do seu próprio campo de atuação profissional, de sua reputação, e às vezes buscando proteger o interesse da população que de lá não quer sair, tornam-se vagos “não há evidência de que faça mal a humanos”; “queixam-se não mais do que de uma dor de cabeça”...

O caso da Cidade dos Meninos contraria a literatura sociológica sobre locais quimicamente contaminados. Geralmente naqueles casos, a população busca meios para sair do local (LEVINE ; GIBBS, 1998, sobre Love Canal). Na Cidade dos Meninos, não apenas a população quer ficar, mas outros querem invadi-la, razão apresentada para a presença de segurança armada e ostensiva. Também nos casos registrados pela literatura, geralmente o cientista que minimiza o problema ou está contra os moradores, a serviço da parte contrária, as empresas, ou estes lhe são indiferentes. Mas no caso da Cidade dos Meninos foram ouvidos comentários de cientistas que estão do lado dos moradores. E isto porque se, por um lado, ser categorizada como contaminada favorece a população que passa a poder pleitear indenizações e assistência médica, por outro, pode vir a ser o pretexto suficiente para que a área seja evacuada.

Precisamos também sublinhar que as crianças foram retiradas do complexo educacional da Cidade dos Meninos não por conta da contaminação, mas por causa do Estatuto da Criança, uma legislação bastante polêmica que, buscando justamente deixar de tratar as crianças como presos, por vezes submetidas a abusos daqueles que as guardam, esvaziou instituições, deixando prédios amplos e confortáveis abandonados e em ruínas e as crianças, nas ruas. O reconhecimento da contaminação pela juíza favoreceu o esvaziamento físico e político da Cidade dos Meninos como instituição educacional.

Falamos de uma pendência que perdura há 50 anos. Mas não é todavia um quadro de inércia. Os agentes se movem, agem. Equivocadamente, como os técnicos do Ministério da Saúde. Anulando mutuamente suas ações e atitudes, como os diferentes saberes científicos e até mesmo a própria comunidade, que se divide entre os que recusam a realidade da contaminação e do risco e os que se definem como contaminados, assim procurando construir uma categoria e uma identidade política.

Um caso assim tão intrincado e insolúvel tem interessado aos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e suas diversas linhas de pesquisa: saúde coletiva; políticas educacionais, assistenciais, habitacionais e de saúde; exposição a riscos químicos e contaminação; construção social e percepção de riscos ambientais e ampliação social dos riscos; papel político dos saberes competentes na definição burocrática das moléstias e na identidade dos contaminados; disputas fundiárias, jor-

nalismo... A Cidade dos Meninos já se tornou foco de quase uma dezena de teses, monografias e relatórios, como vai mencionado nas referências bibliográficas.

Queremos chamar a atenção, porém, de que todos estes diferentes aspectos através dos quais a Cidade dos Meninos vem sendo estudada podem se fundir naquilo que a Sociologia e o Movimento Negro norte-americano chamou de clamor por Justiça Ambiental (Bullard, Camacho, Gould, Taylor, Herculano): um enfoque não apenas acadêmico, mas igualmente militante, que propõe uma ampliação do campo de debate das questões ambientais, buscando integrá-las na análise crítica dos aspectos econômicos, políticos e culturais dentro de uma realidade social injusta e desigual.

REFERÊNCIAS

BASTOS, L. H. P. *Investigação da contaminação do solo por organoclorados na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro*. Avaliação dentro de um novo cenário, após adição de cal. Rio de Janeiro. 1999. Dissertação (Mestre em Ciências na área da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

BIJOS, G. M. Cinco anos entre os sanitaristas. *Revista de Química e Farmácia*, v. 26, n. 6, p. 13-79, 1961.

BOURDIEU, P. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, A. M. C. B. *Contaminação ambiental por hexaclorociclohexano em escolares na Cidade dos Meninos*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 1996. Dissertação (Mestre em Ciências na área da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: race, class and environmental quality*. Boulder: Westview Press, 1990.

CAMACHO, D. (Ed.). *Environmental injustices, political struggles: race, class and the environment*. Durham/London: Duke University Press, 1998.

CECAB/FEEMA. *Dossiê BIIC abandonado na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, RJ*. 1991.

Justiça Ambiental é o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.

A Cidade dos Meninos serve como evidência de que soluções locais se tornam quase impossíveis e de que será igualmente difícil alcançar a sustentabilidade em um quadro estrutural de injustiça social, de naturalização da desigualdade, de aguda vulnerabilidade econômica, política e social das populações e de fragmentação administrativa dos órgãos públicos.

ERMEL, L. H. N. et al. *Análise das representações práticas relativas ao trato com o contaminante, crenças e costumes na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro*. Duque de Caxias. 1997. 68 p. Relatório de pesquisa. PUC/Núcleo de Estudos de Exclusão Social.

FEEMA. Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. *Relatório Técnico "BIIC" Cidade dos meninos*. Duque de Caxias, 1989.

FEEMA. *Relatório de reunião sobre o BIIC na Cidade dos Meninos*. Duque de Caxias. 1990.

FREITAS, C. M. *Acidentes químicos ampliados – incorporando a dimensão social nas análises de riscos*. Rio de Janeiro. 1996. Tese (Doutorado) - ENSP/FIOCRUZ, Rio.

GIBBS, L. M. *Love Canal. 20th anniversary revised edition*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

GOULD, K. et al. *Local environmental struggles: citizen activism in the treadmill of production*. Cambridge: University Press, 1996.

HERCULANO, S. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, M. P. (Org.). *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas*. São Paulo: LTR, 2001. p. 215-238.

LEVINE, A. *Love Canal: Science, Politics and People*. Lexington: Lexington Books, 1982.

McAVOY, G. A. *Controlling Technocracy: citizen rationality and the nimby syndrome*. Washington: Georgetown University Press, 1999.

MELLO, J. L. *Avaliação da contaminação por HCH e DDT dos leites de vaca e humano provenientes da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias*. RJ. Duque de Caxias, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências na área da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MENEZES, L. Internalizando as externalidades: a perspectiva neoclássica. In: HERCULANO, S. *Meio ambiente: questões conceituais*. Niterói: UFF/PGCA, 2002. p. 41-52.

OLIVEIRA, R. M. *Estudo da contaminação do solo e pasto causada por hexaclorociclohexanos (HCH) na Cidade dos Meninos em Duque de Caxias*. Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências na área da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

PEIXOTO, B. H. *Pó de broca: grande imprensa e comunicação popular. Como atuaram na formação da consciência ecológica?* Rio de Janeiro, 1990. Monografia (Conclusão do Curso de Jornalismo) - UERJ.

PORTO, M. F. S. Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira. In: HERCULANO, S. et al. (Orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 147-170.

RUSCHI, A. O emprego do BHC e suas conseqüências para o patrimônio natural. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, Santa Teresa, ES, 1950. (Série Proteção à Natureza).

TAYLOR, B. R. (Ed.). *Ecological resistance movements: the global emergence of radical and popular environmentalism*. Albany: State University of New York, 1995.

WHO/IPCS. World Health Organization/International Programme on Chemical Safety. Lindane (gamma- HCH) health and Safety Guide. *Health and Safety Guide*, n. 54.